

Eficácia no Desporto – César Valentim 2005

INTRODUÇÃO

A necessidade de rentabilizar os diversos sectores do sistema desportivo nacional levanta a questão sobre a falta de orientação e comunicação existente entre os diversos elementos que compõem o quadro desportivo português.

As federações desportivas na sua quase totalidade limitam-se a “sobreviver” com os parcos orçamentos disponibilizados pelo Governo através das receitas aleatórias provenientes do Jogos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. A necessidade de rever este estatuto e de integrar outro tipo de receitas no panorama financeiro desportivo aliada a uma gestão mais eficaz dos recursos disponíveis e de um traçar de objectivos concretos que delimitem as aspirações desportivas nacionais é premente para uma maior eficácia no desporto em Portugal.

INFRA-ESTRUTURAS

Existe um declarado subaproveitamento das infra-estruturas desportivas existentes em Portugal. A falta de rigor na avaliação das necessidades populacionais resulta no dispêndio desnecessário de recursos financeiros públicos meramente com fins políticos eleitorais ou com visões meramente sectárias do interesse público. A falta de cooperação com os movimentos associativos, ignorando muitas vezes o papel activo destes junto da sociedade em que se integram e de conjugação de esforços no sentido de proporcionar às populações aquilo que elas mais necessitam resulta numa “trapalhada” no que diz respeito à distribuição dos variados equipamentos desportivos. Propomos a atribuição da tutela ou a orientação de todos os equipamentos públicos por parte do Instituto do Desporto de Portugal permitindo assim uma gestão eficaz na construção de infra-estruturas desportivas respeitando as necessidades dos subsistemas desportivos federado, autárquico e escolar integrando um objectivo desportivo nacional.

COMUNICAÇÃO

As Federações Desportivas representam o desporto federado junto das entidades estatais. As necessidades comuns são muitas vezes maiores que as especificidades de cada uma e como tal, consideramos que o diálogo inter federativo deve ser promovido pelo Estado. O desconhecimento e o subaproveitamento do know-how adquirido prejudica o desenvolvimento desportivo de todos e de cada um, dificultando a partilha de informação e a conjugação de esforços num único objectivo para o desporto do país. Propomos a criação de um órgão permanente de discussão inter federativa com ligação consultiva ao Instituto do Desporto de Portugal e à Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto.

FINANCIAMENTO

Apesar da legislação actual consagrar as receitas aleatórias provenientes dos Jogos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no sistema de financiamento desportivo federado, urge rever os acordos celebrados entre esta entidade, a Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto e a Segurança Social permitindo uma maior justiça no financiamento do desporto. Existe ainda a necessidade de consagrar a proveniência de receitas fixas resultantes do Orçamento de Estado dignificando assim o sector do desporto que carece de visibilidade e de respeito por parte dos restantes sectores governamentais.

A coordenação entre os diversos apoios públicos ao desporto federado carece também de atenção e de legislação, colmatando o vazio de organização no que concerne ao financiamento desportivo federado, em particular evitando a descoordenação existente na disponibilização de verbas públicas ao sector provenientes de outros Ministérios. Propomos que seja revisto o financiamento proveniente das receitas aleatórias da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Propomos a consignação de verbas para o Desporto Federado no Orçamento de Estado e a atribuição de competência para a Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto na análise das verbas a distribuir ao sector desportivo pelas diversas entidades públicas de financiamento.